

A AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO DO VETOR DE EXPANSÃO DA ESTRADA DE MADUREIRA – NOVA IGUAÇU – RJ

RESUMO

Partindo da hipótese que as diferentes formas de produção da moradia interferem diretamente no processo de formação das cidades, na expansão do tecido urbano, bem como nos processos de segregação socioespacial, a pesquisa aborda questões fundamentais para conhecer a dinâmica espacial da cidade em relação ao fenômeno de expansão urbana através dos vetores que orientam a localização das novas habitações e empreendimentos, com a atuação dos agentes produtores do espaço urbano: Estado, corporações imobiliárias e grupos sociais. O objetivo geral da pesquisa busca compreender as lógicas e impactos gerados na configuração do espaço urbano de Nova Iguaçu a partir da atuação de diferentes agentes de produção da moradia, entendendo de que forma estes processos se materializam no território e no acesso da população às infraestruturas urbanas.

Palavras-chave: Espaço Urbano, Moradia, Segregação

RESUMEN

Suponiendo que las diferentes formas de producción de vivienda interfieren directamente en la formación de las ciudades, la expansión del tejido urbano, así como los procesos socio-espaciales de segregación, la investigación aborda cuestiones fundamentales para conocer la dinámica espacial de la ciudad en relación con el fenómeno la expansión urbana a través de los vectores que guían la ubicación de los nuevos desarrollos de vivienda y con el trabajo de los agentes de la producción de espacio urbano: Estado, empresas de bienes raíces y los grupos sociales. El objetivo general de la investigación busca entender la lógica y los impactos en la conformación del espacio urbano de Nova Iguaçu de la acción de diferente producción de agentes de vivienda, la comprensión de cómo estos procesos se materializan en el territorio y el acceso de la población a la infraestructura urbana

Palabras-Clave: Espacio Urbano, Vivenda, segregación.

ABSTRACT:

Considering that the different forms of housing production directly interfere in the formation of cities, the expansion of the urban fabric as well as the socio-spatial segregation processes, the research addresses fundamental questions to know the spatial dynamics of the city in relation to the phenomenon urban expansion through the vectors that guide the location of new housing developments and with the work of producing agents of urban space: State, real estate corporations and social groups. The overall objective of the research seeks to understand the logic and impacts in shaping the urban space of Nova Iguaçu from the action of different production of housing agents, understanding how these processes materialize in the territory and the population's access to urban infrastructure.

Word-key: urban space, housing, segregation

NATHAN FERREIRA DA SILVA
Nathan_1104@hotmail.com
Mestrando em Geografia – Universidade
Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem passado por intensas transformações econômicas, sociais e espaciais nos últimos anos. A capital estadual foi uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e será a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Os chamados megaeventos geraram um grande aporte de investimentos em obras públicas, além do aumento no preço dos imóveis, não só na cidade do Rio de Janeiro, como em sua Região Metropolitana. Ribeiro (2004 p.9) afirma que “A literatura acadêmica sobre os ‘estudos urbanos’ vem sendo marcada por um olhar excessivamente intra-urbano, setorial e localista”. Para ele, o tema da metrópole tem sido negligenciado por análises setoriais. Trazendo este debate para a pesquisa, embora a delimitação da pesquisa seja setorial, é importante lembrar que os processos de formação das cidades, expansão do tecido urbano e bem como processos de segregação socioespacial, estão dentro de um contexto de expansão metropolitana, no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Santos (1987) nos mostra a importância da localização no espaço urbano:

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987 p.81).”

As diferenças geradas pela localização no território nos leva à questão da segregação socioespacial. De acordo com MARQUES (2005):

“Por segregação, se nomeavam os heterogêneos processos que produziam a separação e concentração de grupos sociais, assim como produziam e reproduziam desigualdades sociais no espaço. Em nosso entender, pode-se dizer que segregação em termos socioespaciais envolve ao menos três processos distintos, apresentados a seguir. Em sua versão mais completa e extrema, a segregação pode estar associada às idéias de gueto ou cidadela, dependendo de os processos de segregação serem impostos por terceiros aos grupos sociais que são isolados, ou construídos como estratégia pelos próprios grupos em isolamento [...]. Em um segundo sentido, segregação significa desigualdade de acesso, em várias acepções da expressão [...]. Em um terceiro sentido, segregação significa separação, ou homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição de grupos no espaço”. (MARQUES, 2005 p. 33).

No caso da configuração do espaço urbano analisado, a diferença entre os grupos sociais é dada pela renda, que se reflete na desigualdade de acesso aos equipamentos urbanos e até mesmo, à própria cidade. Para Haesbaert (2009), a simples fragmentação social do espaço leva à exclusão e a segregação. Segundo o autor:

“o território e os processos de territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e as relações sociais que o(s) compõe(m). Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o ‘anti-poder’ da violência até as formas mais sutis do poder simbólico” (HAESBAERT, 2004:20).

Assim, temos como um dos elementos iniciais na construção deste processo a ação dos agentes que produzem socialmente este espaço, resultado cumulativo da ação dos agentes sociais concretos responsáveis por essa produção, e sendo por isso, disputado por inúmeros usos. Por agente, entendemos que seja toda organização ou indivíduo que possa interferir, por meio de seus

atos, na produção do espaço urbano. O espaço urbano é transformado por diferentes agentes modeladores do espaço como os proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, tendo como elemento comum entre si, a apropriação de uma renda da terra (CORREA, 1995). Para Santos (2006, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O espaço então é condição, meio e produto das ações de natureza social. Por ser produzido socialmente e disputado por inúmeros usos, resultado cumulativo da ação dos agentes sociais concretos responsáveis por essa produção, entendemos que este espaço está em constante transformação, incorporando novas áreas, abandonando e/ou requalificando outras. As possíveis relações entre diversos atores e seus grupos são, em sua maioria, dissimétricas e multilaterais, envolvendo relações de poder e dominação entre os diversos grupos em questão (RAFFESTIN, 1993: 150). Souza (1995) reforça que o território deve ser entendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Sendo assim, o território pode ser entendido como um palco onde as relações dos diferentes agentes se materializam.

ESTUDO DE CASO

Neste contexto, destacamos o município de Nova Iguaçu, um dos que mais tem sofrido processos de transformação e reestruturação do seu território, principalmente na área central, cujo centro comercial relativamente autônomo e desenvolvido possui destaque. Embora a valorização imobiliária desta porção da cidade tenha se acentuado nos últimos anos, este processo remonta ao início dos anos 80, de acordo com o trabalho de FURLANETTO et al. (1987). Segundo os autores, a periferia metropolitana estaria sendo modificada para abrigar uma classe média oriunda da própria população periférica que alcançou maiores rendimentos e/ou mobilidade residencial da cidade do Rio de Janeiro em direção à Nova Iguaçu, por motivos diversos. Hoje a cidade detém a maior população deste segmento da Baixada Fluminense. Além do Centro propriamente dito, houve um crescimento horizontal das áreas destinadas à moradia deste segmento em direção aos bairros do Caonze (já consolidado) e mais recentemente, ao Bairro da Luz. De acordo com Castells (1983):

"A moradia, além de sua escassez global, é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne a sua qualidade (equipamento, conforto, tipo de construção, durabilidade etc.), sua forma (individual, coletiva, objeto arquitetural, integração no conjunto de habitações e na região) e seu status institucional (sem título, alugada, casa própria, co-propriedade, etc.), que determinam os papéis, os níveis e as filiações simbólicas de seus ocupantes". (CASTELLS, 1983, p. 185).

Destacamos também a presença da principal forma de expansão periférica: a autoconstrução, representada pelos bairros formados/em formação a partir de loteamentos. A ausência do poder público, sem muitas exigências quanto ao acesso e formalização da situação jurídica da propriedade, facilitou a disseminação desta prática (o que ocorre igualmente em outros municípios).

Outra forma de produção existente é a produção estatal da habitação: embora os primeiros empreendimentos no município de Nova Iguaçu datem da década de 1970 (Silva, 2013), durante a gestão do Banco Nacional de Habitação (BNH), o maior aporte de empreendimentos em Nova Iguaçu data da década 90, concentradas, sobretudo nas áreas mais distantes da área central da cidade, próximos à divisa com o município de Seropédica, e com presença de atividades rurais, sobretudo nas encostas da Serra de Madureira. O atual programa habitacional do Governo Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida, criado com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para o atendimento de famílias com renda de até 10 salários mínimos, estabelecendo um patamar de subsídio direto de acordo com a faixa de renda (0-3, 3-6 e 6-10 salários mínimos), ao manter a totalidade dos empreendimentos destinados à faixa mais baixa do programa (0-3 sm),

reforça o modelo adotado nas diversas políticas habitacionais estimula a periferação da população mais pobre (CARDOSO, 2011), além da ampliação do tecido urbano na busca por terras mais baratas.

Buscando compreender o processo de segregação socioespacial (CASTELLS, 1983) no espaço urbano, e tendo como partida que o acesso da população à urbe é conferido pela sua localização no território, elegeu-se como recorte espacial de análise o vetor de expansão da Estrada de Madureira¹ - que compreende as Avenidas Abílio Augusto Távora e a Variante da Antiga Estrada Rio-São Paulo, que liga o centro de Nova Iguaçu ao bairro de Km32, próximo à divisa com o bairro carioca de Campo Grande. Esta estrada, juntamente com as Avenidas Plínio Casado e Avenida Joaquim da Costa Lima é trecho integrante da rodovia estadual RJ105. Acerca disto, SANTOS (1983) diz:

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”.

Esta estrada, que acompanha a vertente norte do Maciço do Gericinó-Mendanha, liga a área central da cidade à Zona Oeste do Rio de Janeiro (Campo Grande, Santa Cruz), à Costa Verde (Região das turísticas cidades de Angra dos Reis e Parati) e ao Município de Seropédica, constituindo-se no eixo de expansão mais recente do município de Nova Iguaçu, com um intenso processo de parcelamento e ocupação progressiva do solo. O Plano Diretor Participativo de Nova Iguaçu, criado em 2011 e sancionado em 2013, em seu Artigo 146 § 4º intenciona transformar a Estrada de Madureira em um eixo de desenvolvimento econômico.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO EIXO DE EXPANSÃO DA ESTRADA DE MADUREIRA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

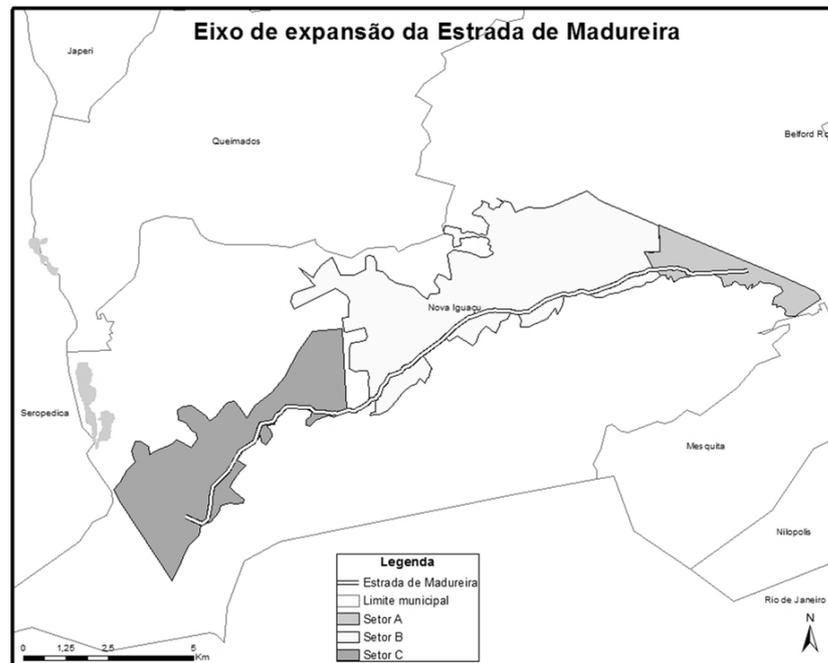


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

¹ A primeira revisão do Plano Diretor de Nova Iguaçu, ocorrida em 1997, define a Estrada de Madureira como o eixo polarizador do vetor de expansão mais recente da cidade, com intenso processo de parcelamento e ocupação progressiva do solo. (Art. 17 § 3º da Lei Complementar Nº 006, de 12 de dezembro de 1997).

Este vetor é dividido em três segmentos, nos quais podemos identificar diferentes formas de produção da moradia (RIBEIRO, 1997): Segmento da produção da moradia não capitalista (autogestão) e segmento capitalista da produção (submercados normal e monopolista), conforme RIBEIRO (1997), além da produção estatal da moradia.

FIGURA 2: EIXO DE EXPANSÃO DA ESTRADA DE MADUREIRA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

As questões que determinam a localização e o arranjo espacial das formas de produção da moradia bem como a própria evolução urbana da cidade de Nova Iguaçu mostram que no processo de construção da cidade, as diferentes formas de produção moradia² desempenham importante papel na configuração sócio-espacial, intervindo no tecido urbano e mecanismos de seleção e diferenciação socioespacial. Estas formas têm relação direta com a cidade legal/ilegal e a atuação dos diversos agentes do espaço urbano. A fiscalização de uso e ocupação do solo, os principais investimentos públicos em infraestrutura, bem como outros aspectos da gestão urbana se dá na cidade legal. A complexidade da sociedade quanto à habitação, nos leva a compreender a separação de classes nas cidades, física e socialmente (VILLAÇA, 1998).

Pretendemos então levantar questões sobre o processo de heterogeneização espacial, considerando a urbe como uma convergência de atos, atores e espaços existentes na cidade, como uma experiência do mundo social, com seus elementos de integração e segregação. Ao longo deste vetor, temos como elemento viabilizador de tal proposta a análise da produção da moradia, compreendendo que esta transcorre de uma lógica de mercado na qual é conferida à propriedade privada da terra um valor (RIBEIRO, 1997), determinado pelo jogo do mercado e com a atuação dos diferentes agentes sociais do espaço urbano.

O chamado “Setor A”, compreende o trecho de 2,6 quilômetros localizados na área central da cidade e bairros adjacentes – o próprio centro residencial e o Bairro da Luz, integrantes da Unidade Regional de Governo (URG³) Centro, com um crescente número de empreendimentos destinados às camadas mais altas, processo que tem se intensificado nos últimos anos, dentro da lógica de produção empresarial da moradia, segundo o segmento capitalista de produção da moradia, nos submercados normal e monopolista. Este setor nos últimos anos tem tido alguns lançamentos imobiliários de alto padrão, e recentemente, o lançamento de um complexo de uso

³ Após as emancipações dos distritos de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, na década de 1990, os limites municipais passaram a ter um distrito único, subdividido em Unidades Regionais de Governo – URG.

múltiplo – comércio, serviços e residências, em fase de construção, tendo no Shopping Nova Iguaçu seu empreendimento principal. A área utilizada para o empreendimento, até pouco tempo, possuía uso conflitante com as características desse setor: mineração, através da Pedreira Vigné.

QUADRO 1: EMPREENDIMENTOS RECENTES NO SETOR A

Empreendimento	Tipo	Construtora	Unidades Habitacionais	Conclusão
Acqua Residencial	Apartamentos	Gafisa	452	2011
Springs Condomínio Resort	Apartamentos	-	-	2011
Golden Gate Clube Condominium	Apartamentos	Visione Engenharia	-	Em construção
Golden Gate Village	Apartamentos	Visione Engenharia	-	Em construção
Shopping Nova Iguaçu	Multiuso – Primeira fase: Shopping Center	Racional Engenharia/ Gestora/Incorporadora: Acar Invanhoe	45.000 m ² de área bruta livre	Em construção
MontBlanc Suítes	Apert Hotel	-	67	2013

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

De acordo com os dados do Censo 2010, esse setor possui 11068 domicílios, com 33106 moradores, com uma média de 3 moradores/domicílio. Entretanto, os dados que mais se destacam para esta área é a renda média por morador, de 2087,60 reais ou 4,9 salários mínimos vigentes à época do Censo 2010 (R\$ 510,00).

FIGURA 3: PERSPECTIVA DO SHOPPING NOVA IGUAÇU



Fonte: Site Oficial

O setor B compreende o trecho de 10 quilômetros entre os bairros de Jardim Alvorada (URG Comendador Soares) e Cabuçu (URG Cabuçu), tem suas áreas limítrofes formadas a partir dos loteamentos surgidos com o declínio da atividade citricultura na década de 1940, teve a sua formação pautada, sobretudo na autoconstrução, não orientada pela acumulação do capital, mas sim pelo valor de uso (segmento de produção da moradia não capitalista). O principal bairro desse setor é Centro de Comércio e Serviço Regional de Cabuçu, que possui um centro comercial no entorno da praça principal, e de onde parte linhas de ônibus com serviços regulares e executivos para o Centro da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, é importante destacar a emergência do bairro de Valverde como centro comercial, além de possuir terrenos vazios junto à serra, que possibilitam a construção de novos loteamentos. Territorialmente maior que o setor A, possui 47201 domicílios e 154046 moradores, com uma média de 3,27 moradores/domicílio. A renda

média por morador é de 778,29 reais, ou 1,51 salários mínimos, tendo um decréscimo de 2,58 salários mínimos em relação ao setor anterior.

FIGURAS 4 E 5: SETOR B DA ESTRADA DE MADUREIRA. PRAÇA DE CABUÇU (FIGURA 4) E ÁREA DE EXPANSÃO ENTRE CABUÇU E VALVERDE (FIGURA 5).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

O setor C compreende o trecho de 10,5 quilômetros entre os bairros de Cabuçú e Km32, ambas as centralidades das duas Unidades Regionais de Governo da porção sudoeste do município, concentra a maior parte dos empreendimentos construídos pela produção estatal no município a partir da década de 1990, com destaque para o popularmente conhecido Conjunto da Marinha. A partir de 2010, com o programa Minha Casa Minha Vida, esse setor passou a receber os empreendimentos destinados à faixa de renda de 0-3⁴ salários mínimos. A imagem abaixo mostra os conjuntos habitacionais desse setor. Os únicos que são anteriores ao MCMV são o Conjunto da Marinha e o Conjunto Grão-Pará.

QUADRO 2: PRODUÇÃO ESTATAL DA HABITAÇÃO NA ESTRADA DE MADUREIRA

Produção estatal da habitação no eixo da Estrada de Madureira				
Empreendimento	Construtora	Unidades Habitacionais	Programa	Conclusão
Residencial Álano	EMCCAMP	2700	MCMV	Em construção
Residencial Aguilares				
Residencial Bolivar				
Residencial Miramar				
Residencial Goya				
Residencial León				
Residencial Rosário				
Residencial Valparaíso	Prospectar	2640	MCMV	Em construção
Residencial Vila Toscana				
Residencial Vila Provance	Engepassos	184	MCMV1: 0 a 3 s.m.	2011
Residencial Cannes		196		
Residencial Chamonix		179		
Residencial Mônaco		253		
Residencial Nice		300		
Residencial				Em

⁴ Em 2010, ano recenseamento mais recente, o salário mínimo vigente era de R\$ 510,00 (Lei 12.255/2010). Em 2015, o salário mínimo vigente é de R\$ 788,00 (Decreto 8.381/2014).

Fazendinha				Construção
Alvorá Parque Novo	Cipasa	Loteamento		Em Construção
Vila Belga (Conjunto da Marinha)	CEHAB-RJ	941		1993
Conjunto Grão-Pará	CEHAB-RJ			2002
Reserva da Paz Vilas I	M Rocha Engenharia	208	MCMV 2: 3 a 6 s.m.	2014

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

FIGURA 6: CONJUNTOS HABITACIONAIS DO SETOR C



Fonte: pesquisa de campo, 2015

Com 17563 domicílios identificados no recenseamento de 2010, possui 58632 moradores, com uma média de 3,34 moradores/domicílio. O rendimento médio dos moradores é de 639,58 reais, 1,2 salários mínimos vigentes. Devido ao fato do censo ter sido realizado antes da entrega dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, não é possível afirmar como esses dados se comportaram com a chegada de novos moradores. Entretanto, destacamos que são famílias da primeira faixa do programa, zero a três salários mínimos.

O setor C compreende o trecho final de 10,5 quilômetros de extensão da Estrada de Madureira, entre os bairros de Cabuçú e Km32, ambas as centralidades das duas Unidades Regionais de Governo da porção sudoeste do município, concentra a maior parte dos empreendimentos construídos pela produção estatal no município a partir da década de 1990, com destaque para o popularmente conhecido Conjunto da Marinha. A partir de 2010, com o programa Minha Casa Minha Vida, esse setor passou a receber os empreendimentos destinados à faixa de renda de 0-3⁵ salários mínimos.

No ano de 2008, o mundo foi surpreendido pela crise gerada no setor imobiliário norte-americano. Assim, buscando medidas de combate a crise, o governo adotou políticas *neokeneynsianas* para sustentação da trajetória de crescimento econômico que o Brasil estava inserido (ARAGÃO 2010). No início de 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, o

⁵ Em 2010, ano recenseamento mais recente, o salário mínimo vigente era de R\$ 510,00 (Lei 12.255/2010). Em 2015, o salário mínimo vigente é de R\$ 788,00 (Decreto 8.381/2014).

qual constituiu um programa de crédito à produção e ao consumo de habitação destinado a famílias com renda de até 10 salários mínimos. O PMCMV tinha como meta a liberar crédito para a construção de 1 milhão de unidades habitacionais em todo o país. O financiamento ao consumidor foi dividido em três faixas de renda: de 0 a 3, de 3 a 6 e de 6 a 10 salários mínimos. Cada faixa possui um limite de financiamento que recebe valores diferenciados dependendo da localização da unidade habitacional: se é situada na capital de Estados, integrante de Região Metropolitana ou demais municípios. Para os beneficiários com renda até 6 salários mínimos haveria ainda o subsídio governamental que atinge o valor máximo de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) a depender da renda, com subsídio integral para as faixas de 0-3 SM.

QUADRO 3: VALOR DO IMÓVEL POR FAIXA DE RENDA

		Valor por Faixa de renda			
		0 a 3 SM	3 a 6 SM*	6 a 10 SM**	
PMCMV 1	Capital	Casa	R\$ 47.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
		Apto	R\$ 51.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
	Município integrante de Região Metropolitana	Casa	R\$ 45.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
		Apto	R\$ 47.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
	Demais Municípios	Casa	R\$ 38.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
		Apto	R\$ 42.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
PMCMV 2	Capital	Casa	R\$ 60.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 170.000,00
		Apto	R\$ 63.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 170.000,00
	Município integrante de Região Metropolitana	Casa	R\$ 60.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 170.000,00
		Apto	R\$ 63.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 170.000,00
	Demais Municípios	Casa	R\$ 55.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
		Apto	R\$ 55.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Fonte: Resoluções PMCMV.					
* taxa de juros nominal a.a. 6%					
** taxa de juros nominal a.a. 8,16%					

Aragão, 2012.

De acordo com SILVA (2013), ao longo da implantação das diversas políticas e programas habitacionais, ocorre a reprodução sistemática do processo de periferização da população pobre, estimulados pela busca por terras mais baratas, maximizando os lucros de um lado, e ampliando o tecido urbano de outro. Isso ocorre no modelo praticado desde as primeiras políticas, e continuado com o PMCMV, no qual cabe ao poder público a provisão de infraestrutura, *a posteriori*, como “consequência” do processo de desenvolvimento local. que os empreendimentos não são indutores de desenvolvimento, agregados a não provisão de infraestrutura básica, que é de responsabilidade dos municípios (Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979). O PMCMV ratifica e reproduz a periferização da provisão de moradia, com Grande parte dos empreendimentos está desligada do cotidiano urbano, sejam pela distância ou pela ausência de elementos caracterizadores da cidade – equipamentos de serviços e lazer, sobretudo para faixa de renda de 0-3 s.m., desestabilizando/desrespeitando muitas das conquistas na luta pelo direito à moradia legitimadas por lei via Estatuto da Cidade e pela implantação Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social durante os anos 2000. Se por um lado o porte do programa é enaltecido pelo número crescente em unidades habitacionais produzidas, além da agilidade e facilidade ao crédito, por outro, temos o crescimento das contradições e problemas já observados em experiências anteriores. Por não estar associado com outras políticas urbanas, o PMCMV apenas se torna viável em regiões com pouca ou nenhuma provisão de equipamentos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que determinam a localização e o arranjo espacial das formas de produção da moradia, bem como a própria evolução urbana da cidade de Nova Iguaçu mostram que no processo de construção da cidade, as diferentes formas de produção moradia desempenham importante papel na configuração sócio-espacial, intervindo no tecido urbano e mecanismos de

seleção e diferenciação socioespacial, segregando a população mais pobre. Estas formas têm relação direta com a cidade legal/ilegal e a atuação dos diversos agentes do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Thêmis A. *Influência das políticas habitacionais na construção do espaço Urbano metropolitano de Fortaleza -História e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.observatoriodasmegropoles.net/download/gthab/TesesDissertacoes/DissertThemis.pdf>> acesso em setembro/2014.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983, p. 210.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1989) – *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, Capítulo 3, pp 11-35; Capítulo 4, pp 36-79;
- FURLANETTO, Diva Almeida; CRUZ, Jana Maria; ALMEIDA, Roberto Schmidt (1987). Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Vol. 49, No 2, p. 27-56, abr./jun.
- HAESBAERT, R.2004. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <[HTTP://www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>
- MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: _____; TORRES, H. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, SP: Editora SENAC São Paulo, 2005.
- Nova Iguaçu. Projeto de Lei Complementar, de 12 de maio de 2008: institui o plano diretor participativo e o sistema de gestão integrada e participativa da cidade de Nova Iguaçu, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade- e do art. 14, § 3º da Lei Orgânica da Cidade de Nova Iguaçu.
- _____. Nova Iguaçu da cidade que temos à cidade que queremos. Diagnóstico da cidade de Nova Iguaçu e proposta do Plano Diretor Participativo, p. 11.
- _____. Lei Municipal n. 2.882, de 30 de dezembro de 1997. Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade de Nova Iguaçu e dá outras providências.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*, São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE, 1997, 352 p.
- RIBEIRO, L. C. de. Q. (Org.) **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. 2006. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SILVA, Nathan Ferreira da. Promoção Estatação da Habitação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. 49 p.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.